



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL

CARGO (superior):

Assistente Social

PROVA TIPO

1

Prova Objetiva de Conhecimento Básico e
Prova Objetiva de Conhecimento Específico

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém **100 (cem)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **4h30min** (quatro horas e trinta minutos) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **3h** (três horas) do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira seu **nome**, número do seu **documento de identificação** e **cargo** escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na Folha de Respostas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

A	B	C	D	E
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 03 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a assinatura da Ata de Encerramento de provas.

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):



CONHECIMENTO BÁSICO**Português**

As questões de 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

As perspectivas mais sombrias sobre a sustentabilidade do planeta não levam em conta a extraordinária capacidade de recuperação da natureza – e a do próprio ser humano para superar as adversidades. A Terra já passou por cinco grandes extinções em massa, e a vida sempre voltou com ainda mais força. Disse à revista VEJA a geógrafa Susana Hecht, professora de planejamento urbano da Universidade da Califórnia e especialista em desenvolvimento sustentável: “Os recursos da Terra são limitados, temos de tomar cuidado para não acabar com eles, ainda mais porque não existe perspectiva de quando poderemos colonizar outro astro. Só que a natureza tem um enorme poder de se reabilitar e a humanidade dispõe de tempo para usar a tecnologia em favor de um desenvolvimento sustentável.”

Enquanto se procuram soluções para o equilíbrio entre o crescimento populacional e preservação dos recursos, a natureza manda suas mensagens de socorro. A espaçonave Terra é uma generosa arca de Noé, mas ela tem limites.

(Revista VEJA, n. 44, 2 de novembro/2011, p. 132).

1. A opinião de Susana Hecht, transcrita no texto, admite essencialmente

- A) que o uso de tecnologia já é efetivo na consecução de um planeta sustentável.
- B) que os recursos naturais podem ser extinguíveis; porém, há estratégias de recomposição que apontam para a sustentabilidade.
- C) a exequibilidade do projeto de colonização de outro astro pela humanidade.
- D) que a humanidade deverá extinguir os recursos naturais do planeta.
- E) a existência do equilíbrio a partir dos pressupostos holísticos inerentes à própria forma de recuperação da natureza.

2. O último parágrafo traz como informação correta a seguinte assertiva:

- A) os elementos metafóricos “espaçonave” e “arca de Noé” são constituintes expressivos que se complementam para a formação imagética da Terra na sua condição de astro que vaga e acolhe.
- B) a ideia de equilíbrio, conforme consta no parágrafo, não se remete à dicotomia crescimento demográfico e preservação dos recursos.
- C) por uma perspectiva semântica, a última oração do parágrafo retoma o sentido da anterior para provocar-lhe o caráter de finalidade.
- D) a oração “A natureza manda suas mensagens de socorro” está deslocada no período, visto que não mantém uma relação de afinidade com a anterior.
- E) no trecho “Enquanto se procuram soluções” é possível singularizar o verbo sem causar-lhe dano semântico nem subversões à norma culta da língua.

3. Se a limitação dos recursos da Terra está relacionada à ideia de uma possível escassez, então, não se pode dizer que

- A) os recursos são parcos.
- B) os recursos são exíguos.
- C) os recursos são inextinguíveis.
- D) os recursos são insuficientes.
- E) os recursos são finitos.

4. Considerando aspectos da gramática normativa, o excerto “e a humanidade dispõe de tempo para usar a tecnologia” não admite a reescrita:

- A) e há tempo disponível à humanidade para usar a tecnologia.
- B) e a humanidade tem tempo para usar a tecnologia.
- C) como dispõe de tempo, a humanidade ainda pode usar a tecnologia.
- D) e deve haver tempo para que a humanidade utilize a tecnologia.
- E) há tempo suficiente a humanidade para que possa utilizar a tecnologia.

5. Sem provocar modificações sintáticas, a oração “Enquanto se procuram soluções” admite também a reescrita:

- A) Enquanto soluções eram procuradas.
- B) Enquanto soluções são procuradas.
- C) Enquanto procuram soluções.
- D) Enquanto soluções serão procuradas.
- E) Enquanto procuram as soluções.

6. Considerando aspectos da gramática normativa, é correto afirmar a respeito do período do texto: “Os recursos da Terra são limitados, temos de tomar cuidado para não acabar com eles”:

- A) A última oração pode ser também escrita da seguinte forma: “para que não se acabe”.
- B) Após a palavra “limitados” – fazendo as devidas modificações – não seria incorreto substituir a vírgula por ponto.
- C) A ideia de causalidade é expressa pela última oração.
- D) Em vez de “temos de tomar cuidado” seria “temos que tomar cuidado”, pois aí há uma expressão mais adequada à norma culta.
- E) O termo “limitados” é complemento verbal.

As questões de 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

A população mundial torna-se urbana, os camponeses tornam-se cidadãos. Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos: as maiores cidades do mundo, e as mais injustas. Expulsos pela agricultura moderna de exportação e pela erosão das suas terras, os camponeses invadem os subúrbios. Eles acreditam que Deus está em todas as partes, mas por experiência própria sabem que atende nos grandes centros urbanos. As cidades prometem trabalho, prosperidade, um futuro para os filhos. Nos campos, os esperadores olham a vida passar e morrem bocejando; nas cidades, a vida acontece e chama. Amontoados em cortiços, a primeira coisa que os recém chegados descobrem é que o trabalho falta e os braços sobram, que nada é de graça e que os artigos de luxo mais caros são o ar e o silêncio.

(Eduardo Galeano, O império do consumo).

7. Em síntese, o texto de Eduardo Galeano

- A) expõe com detalhes a teoria do êxodo rural que se fundamenta na dicotomia indústria agrícola e produção de subsistência.
- B) expressa a problemática do camponês que, ao deixar sua terra, aglomera-se nos centros urbanos injustos e ilusórios.
- C) aponta as características do novo retirante, aquele que não mais se adapta à vida nas comunidades rurais.
- D) evidencia a complexidade da vida urbana, estruturada a partir de valores consumistas.
- E) mostra que o camponês não pode mais viver em sua terra, visto que a cidade oferece-lhe benesses apenas encontradas nesse contexto.

8. No final do texto o autor diz que “os braços sobram”. O termo, portanto, expressa

- A) um caráter metonímico, o qual sintetiza a ideia de que são trabalhadores e não, especificamente, braços.
- B) a ideia de comparação, ou seja, não são os trabalhadores, mas os braços.
- C) um paradoxo, já que o termo “braços” não pode substituir o sentido de trabalhadores.
- D) a ausência de termo adequado para substituir a palavra “trabalhadores”. Traduz, inclusive, uma forma de catacrese.
- E) o exagero que dá sentido à noção de massa de desempregados.

9. Qual das versões de reescrita o excerto “Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos” apresentou subversão à norma culta?

- A) Em contraste aos campos sem ninguém da América latina, prolifera-se os formigueiros urbanos.
- B) Na América latina, há campos sem ninguém e existem também enormes formigueiros urbanos.
- C) Na América latina, existem campos sem ninguém e formigueiros urbanos enormes.
- D) Na América latina, encontram-se campos desertos, porém, em contraste a isso, há enormes formigueiros urbanos.
- E) Os formigueiros urbanos da América latina se contrapõem aos enormes campos sem ninguém.

10. Para o excerto “a primeira coisa que os recém chegados descobrem é que o trabalho falta” é informação correta:

- A) das três orações, a última tem função de sujeito.
- B) a palavra “que” nas duas inserções tem a mesma função sintática.
- C) a oração “que o trabalho falta” se for reescrita para “se o trabalho falta” não ocorre mudança de classificação.
- D) o termo “a primeira coisa” também é o complemento do verbo descobrir.
- E) a segunda oração do período tem valor de complemento verbal.

As questões de 11 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coletânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Um dia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopando que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.

(ASSIS, Machado de. As Cem Melhores Crônicas Brasileiras. Objetiva: Rio de Janeiro, 2007, p. 27).

11. Quando Machado de Assis afirma que “foi coletânea das primeiras duas vizinhas”, ele estabelece que o gênero cronístico

- A) nasceu de uma comparação entre os fatos banais e os acontecimentos significativos.
- B) trata-se de uma narrativa de acontecimentos circundantes e cotidianos.
- C) originou-se nas sondagens, nas inserções às instâncias íntimas das criaturas humanas.
- D) promove uma associação entre os fatos reais e as fantasias.
- E) é parecer em minúcias de acontecimentos relevantes e em evidência.

12. Ao final, Machado de Assis diz: “Eis a origem da crônica”. Essa forma de desfecho

- A) não pode ser vista como conclusão de um parecer acerca da crônica. Como se sabe, ele não trabalha os detalhes que dão suporte à premissa inicial no decorrer do texto.
- B) é uma estratégia estilística, inerente aos efeitos estéticos do texto literário, pois, considerando a estrutura argumentativa, esse texto de Machado de Assis desconsidera os elementos da dissertação. Então, a frase em destaque é apenas um adendo ao conjunto da reflexão machadiana.
- C) contém uma inadequação sintática: Machado de Assis não deveria ter concluído o texto com uma oração deslocada do contexto, pois aí é trabalhada uma sequência de fatos que exige destrinchar de orações.
- D) convém às formas figuradas de expressão, às conotações, às entrelinhas, às montagens sintáticas indiretas e deslineares.
- E) contempla a sequência do pensamento do autor a respeito do gênero cronístico: há uma problemática que diz respeito ao nascimento da crônica; depois, fatos que a compõem, elementos envolvidos e o fechamento.

13. A 2ª oração do período “sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia” expressa o valor de

- A) causalidade.
- B) proporcionalidade.
- C) finalidade.
- D) condição.
- E) tempo.

14. Se o excerto “Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador” for reescrito, o uso do acento indicador de crase não fica adequadamente empregado na versão:

- A) Falar das ervas as plantações do morador fronteiro e chegar às tropelias amatórias do dito morador.
- B) Passar de ervas a plantações do morador fronteiro, e logo a tropelias amatórias do dito morador.
- C) Reportar-se às ervas e às plantações do morador fronteiro, e às tropelias amatórias do dito morador.
- D) Ir até as ervas e até as plantações do morador fronteiro, e até as tropelias do dito morador.
- E) Chegar até às ervas e até às plantações do morador fronteiro, passando pelas tropelias amatórias do dito morador.

15. As reescritas do excerto “Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia” provocaram inadequação gramatical numa das opções. Identifique-a.

- A) Tais vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para refletir sobre os sucessos do dia.
- B) Essas vizinhas sentaram-se à porta, entre o jantar e a merenda, para falar dos acontecimentos do dia.
- C) Entre o jantar e a merenda, as duas vizinhas sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia.
- D) Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta para rever, os acontecimentos do dia.
- E) Entre o jantar e a merenda, essas vizinhas sentaram-se à porta, a fim de conversar acerca dos acontecimentos do dia.

As questões de 16 a 18 referem-se ao texto abaixo.

Ética e Moralidade no Serviço Público

(Luiz Amaral)

Ethos (raiz de ética), em grego, designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural etc. Há morais específicas, também, em grupos sociais mais restritos: uma instituição, um partido político... Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular que não tem compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido e de direito para todos os homens. Exceto quando atacada: justifica-se dizendo-se universal, supostamente válida para todos. Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? Não deveria existir alguma forma de julgamento da validade das morais? Existe, e essa forma é o que chamamos de ética.

A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural. Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la.

Ética é, em suma, uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana.

(<http://www.ensinandodireitoluizamaral.com.br>. Acesso em 03/12/2011)

16. O encadeamento dos parágrafos do texto se dá por um processo coesivo de

- A) anáfora por substituição, retomando informações já dadas no texto.
- B) repetição sintagmática, reafirmando a exploração do tema.
- C) anáfora nominal, rerepresentando informações que desenvolvem o texto.
- D) repetição nominal, garantindo a continuidade temática do texto.
- E) repetição nominal, retomando informações novas presentes no texto.

17. Assinale a opção que apresenta um argumento do autor em relação ao tema do texto.

- A) Mas ela não é puramente teoria. (4º§)
- B) A ética se move, historicamente, se amplia e se densa. (3º§)
- C) A ética não se confunde com a moral. (2º§)
- D) *Ethos* (raiz de ética), em grego, designa a morada humana. (1º§)
- E) Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? (2º§)

18. Analise o uso da pontuação nas sentenças abaixo e assinale a opção correta.

- A) “[...] é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural, etc.” (2º§). A vírgula foi empregada para marcar a intercalação de uma informação na sentença.
- B) “A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez.” (1º§). A função das vírgulas é separar o sujeito do verbo.
- C) “Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão [...] e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância (3º§). Os dois pontos introduzem uma explicação.
- D) “Existe, e essa forma é o que chamamos de ética.” (2º §). A vírgula está empregada de forma errada, pois não é possível seu uso antes da conjunção “e”.
- E) “Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que [...]” (3º§). A função da vírgula é separar o adjunto adverbial de tempo do predicado.

19. Observe as relações semânticas entre as orações e períodos e assinale a opção correta.

- A) “O presente trabalho não possui pretensões maiores de buscar uma análise deontológica da moral. Não, apenas e tão-somente objetiva apreciar a moralidade enquanto componente dos atos praticados pela administração pública.” A relação semântica estabelecida entre os períodos é de exclusão.
- B) “A corrupção é o mal social maior porque destrói, anula a própria sociedade; daí sempre ter sido essencialmente um crime em toda e qualquer civilização.” A relação semântica entre essas orações é de natureza causal e conclusiva.
- C) “Tem-se que enfrentar os variados contornos possíveis entre o Direito e a Moral, que ora se apresentam de forma concêntrica, ora se constituem com total independência.” A relação semântica entre as últimas orações é de oposição.
- D) “Se o ato administrativo ou a conduta do administrador público não se reverte de moralidade, em nenhuma hipótese, sem exceção, pode vir a ser considerado em consonância com o direito.” As orações se relacionam, semanticamente, pelo princípio da concessão.
- E) “Não vale mais aquele surrado argumento, completamente desprovido de cientificidade, de que é legal, mas não é moral.” A relação semântica entre as últimas orações é de natureza conclusiva.

20. A mesma figura de linguagem que se encontra no enunciado “Por ele, ponho os pés e as mãos no fogo. Nós nos conhecemos há muitos anos...” também se encontra em

- A) “Se o que move o mundo são as perguntas, por que se pratica tanta corrupção, para entender que ser honesto, leal, competente é bom para o país?”
- B) “Não é suficiente ser honesto, é preciso agir e comportar-se como honestos.”
- C) “As varreduras nos gabinetes, oficialmente, são conduzidas mediante uma solicitação de algum parlamentar. Na atual legislatura, foram realizadas trinta operações desse tipo.”
- D) “O Estado brasileiro, durante toda a sua existência, só se deparou com mazelas e danos, incluindo os prejuízos provocados pelas administrações incompetentes e desonestas.”
- E) “O grande problema dos tribunais de contas reside no fato de que a grande maioria dos conselheiros é indicada pelos chefes do Poder Executivo e pelos parlamentos, ou seja, é coisa de compadre, do tipo ‘eu te indico e você me julga!’”

21. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do enunciado abaixo.

___ corrupção pode ser material e moral. ___ essa associa-se ___ deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; ___, o recebimento de qualquer vantagem para ___ prática ou ___ omissão de ato de ofício. ___ corrupção moral inclui ___ tolerância de superiores ___ falhas dos subalternos.

- A) A – À – a – aquela – à – a – A – à – à.
- B) A – A – à – àquela – a – a – A – a – a.
- C) A – A – a – àquela – a – a – À – a – a.
- D) A – A – a – aquela – à – a – À – à – à.
- E) A – À – à – àquela – a – a – À – a – a.

22. Dados os períodos seguintes,

- I. “É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios que preparam a aceitação das grandes corrupções na vida pública.”
- II. “Não se admite mais a adoção de práticas que objetivem empobrecer o Estado, desrespeitar o seu patrimônio.”
- III. “Tanto um tipo de corrupção quanto o outro podem assumir forma ativa e passiva.”
- IV. “São as pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia que prosseguem corroendo o homem.”

verifica-se que, quanto à concordância verbal, estão corretos

- A) II e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

23. Considerando a concordância nominal, assinale a opção correta.

- A) Moças e rapazes talentosas deram uma memorável aula de geografia.
- B) A agricultura e a pecuária brasileiras respondem hoje por 30% do nosso PIB.
- C) Complexo e exato, colocado no ar na internet, na hora certa, os vídeos defendem a usina.
- D) Controversos e relevantes, foi como os estudantes caracterizaram o vídeo sobre a usina.
- E) Os depoimentos alarmantes em defesa dos índios e da floresta amazônica soou ingênua e equivocada.

24. Assinale a opção que não contém erros de grafia.

- A) Há nove meses, sindicalistas alertaram o Palácio do Planalto sobre a existência de um esquema de extorção envolvendo acessórios do Ministro.
- B) Para que a seção do servidor a outro órgão seja permitida, ele deve estar em exercício de cargo efetivo (ou seja, concursado).
- C) A lei que trata da conseção e permissão de serviços públicos permite a interrupção do fornecimento de serviço público por inadimplência do usuário.
- D) O legislador cuidou de regulamentar minunciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos e reçarimento ao erário.
- E) Servidores que exercem cargos comissionados não podem ser colocados à disposição de outro órgão ou entidade. Se isso ocorrer, é improbidade administrativa.

25. Considere as relações de sinonímia das palavras e marque a opção correta. Em “Os avaliadores chegam, ao restaurante, sempre incógnitos, agindo com naturalidade e simpatia. Nenhum detalhe passa incólume, nem mesmo o ritmo em que transcorre a refeição.” “Incógnito” e “incólume” correspondem, respectivamente, a

- A) ignorado e sem luz.
- B) desconhecido e sem presença.
- C) não compreensivo e despercebido.
- D) desinformado e desconsiderado.
- E) desconhecido e intacto.

As questões de 26 a 28 referem-se ao texto abaixo.

Fui criado com princípios morais comuns

(Arnaldo Jabor)

Fui criado com princípios morais comuns: Quando eu era pequeno, mães, pais, professores, avós, tios, vizinhos, eram autoridades dignas de respeito e consideração. Quanto mais próximos ou mais velhos, mais afeto. Inimaginável responder de forma mal educada aos mais velhos, professores ou autoridades... Confiávamos nos adultos porque todos eram pais, mães ou familiares das crianças da nossa rua, do bairro, ou da cidade... Tínhamos medo apenas do escuro, dos sapos, dos filmes de terror... Hoje me deu uma tristeza infinita por tudo aquilo que perdemos. Por tudo o que meus netos um dia enfrentarão.

Pelo medo no olhar das crianças, dos jovens, dos velhos e dos adultos. Direitos humanos para criminosos, deveres ilimitados para cidadãos honestos. Não levar vantagem em tudo significa ser idiota. Pagar dívidas em dia é ser tonto... Anistia para corruptos e sonegadores... O que aconteceu conosco? Professores maltratados nas salas de aula, comerciantes ameaçados por traficantes, grades em nossas janelas e portas. Que valores são esses? Automóveis que valem mais que abraços, filhas querendo uma cirurgia como presente por passar de ano. Celulares nas mochilas de crianças. O que vais querer em troca de um abraço? A diversão vale mais que um diploma. Uma tela gigante vale mais que uma boa conversa. Mais vale uma maquiagem que um sorvete. Mais vale parecer do que ser... Quando foi que tudo desapareceu ou se tornou ridículo?

Quero arrancar as grades da minha janela para poder tocar as flores! Quero me sentar na varanda e dormir com a porta aberta nas noites de verão! Quero a honestidade como motivo de orgulho. Quero a vergonha na cara e a solidariedade. Quero a retidão de caráter, a cara limpa e o olhar olho-no-olho. Quero a esperança, a alegria, a confiança! Quero calar a boca de quem diz: “temos que estar ao nível de...”, ao falar de uma pessoa. Abaixo o “TER”, viva o “SER”. E viva o retorno da verdadeira vida, simples como a chuva, limpa como um céu de primavera, leve como a brisa da manhã! E definitivamente bela, como cada amanhecer. Quero ter de volta o meu mundo simples e comum. Onde existam amor, solidariedade e fraternidade como bases. Vamos voltar a ser “gente”. Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas. Utopia? Quem sabe?... Precisamos tentar... Quem sabe começemos a caminhar transmitindo essa mensagem... Nossos filhos merecem e nossos netos certamente nos agradecerão!

(<http://pensador.uol.com.br>. Acesso em 6/12/2011)

26. O texto se caracteriza como sendo do gênero

- A) relato.
- B) biografia.
- C) crônica.
- D) diário.
- E) conto.

27. Qual o enunciado que resume a ideia central do texto?

- A) Hoje me deu uma tristeza infinita por tudo aquilo que perdemos.
- B) Mais vale parecer do que ser... Quando foi que tudo desapareceu ou se tornou ridículo?
- C) E viva o retorno da verdadeira vida, simples como a chuva, limpa como um céu de primavera [...].
- D) Vamos voltar a ser gente. Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas.
- E) Quero ter de volta o meu mundo simples e comum.

28. O uso das reticências, no texto, demonstra um sentimento de

- A) perplexidade.
- B) saudosismo.
- C) incompetência.
- D) perda.
- E) melancolia.

29. Observe o uso dos pronomes demonstrativos em:

- Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular que não tem compromisso com a universalidade.
- A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural.

Dados os itens seguintes, em relação a esse uso,

- I. O uso de “isto” está errado, pois não se pode empregá-lo para referir-se ao que foi dito.
- II. Esses pronomes, como formas anafóricas, retomam o que foi dito.
- III. O uso de “isso” está correto, pois se refere ao que foi dito.

verifica-se que

- A) apenas II e III estão corretos.
- B) apenas I está correto.
- C) apenas I e II estão corretos.
- D) apenas I e III estão corretos.
- E) apenas III está correto.

30. Assinale a opção que completa as lacunas com as formas verbais adequadas.

“Caso os passageiros _____ viajando sozinhos e _____ hospitalizados por acidente, os responsáveis pela Empresa de Transporte _____ passagem para que um familiar _____ acompanhá-lo no local de sua internação. Em relação à indenização, quando o advogado dos passageiros _____, eles _____.”

- A) estejam – sejam – providenciaram – pudesse – intervir – receberam.
- B) estivessem – fossem – providencia – possa – intervirem – recebam.
- C) estejam – sejam – providenciarão – possa – intervir – receberão.
- D) estão – são – providenciam – pudesse – intervir – receberam.
- E) estejam – seja – providenciaram – possa – intervirem – receberão.

Raciocínio Lógico

31. Considere as seguintes premissas: “todos os matemáticos são vaidosos”; “existem vaidosos brasileiros”. Com base nessas duas premissas, podemos concluir que

- A) existem matemáticos brasileiros.
- B) todo matemático é brasileiro.
- C) nenhum matemático é brasileiro.
- D) todo brasileiro é matemático
- E) não se pode tirar nenhuma conclusão.

32. Numa cidade existem três jornais, denominados aqui por **A**, **B** e **C**. Uma pesquisa de mercado sobre os leitores desses jornais produziu os seguintes resultados:

- 115 compravam o jornal **A**.
- 208 compravam o jornal **B**.
- 182 compravam o jornal **C**.
- 30 compravam os jornais **A** e **B**.
- 51 compravam os jornais **B** e **C**.
- 30 compravam os jornais **A** e **C**.
- 10 compram os jornais **A**, **B** e **C**.
- 200 não compram nenhum dos três jornais.

Com base nestas informações, assinale a opção incorreta.

- A) A pesquisa foi realizada com 595 pessoas.
- B) 137 pessoas compram apenas o jornal **B**.
- C) 103 pessoas compram apenas o jornal **C**.
- D) 28 pessoas compram apenas o jornal **A** e **C**.
- E) 57 pessoas compram apenas o jornal **A**.

33. Um cidadão foi abrir o cofre, mas esqueceu a senha de acesso; no entanto, lembrava que na senha não havia o algarismo 0, que o primeiro algarismo era 4, o segundo era ímpar, o terceiro era menor que 4 e o quarto e último era par. Qual o maior número de tentativas que este cidadão pode fazer, no intuito de descobrir a senha?

- A) 60
- B) 70
- C) 100
- D) 80
- E) 110

34. Os dois primeiros pares de palavras abaixo foram escritos seguindo determinado critério.

- FRANCISCA – CANA
- CLEMENTINO – NOME
- PRESIDENTE – ?

Esse mesmo critério deve ser usado para descobrir qual palavra substitui o ponto de interrogação.

- A) Dente
- B) Ente
- C) Rente
- D) Sete
- E) Tese

35. Do ponto de vista lógico, dizer que a afirmação “todos os lutadores são bravos” é falsa, equivale a dizer que a seguinte afirmação é verdadeira.

- A) Pelo menos um lutador não é bravo.
- B) Nenhum lutador é bravo.
- C) Nenhuma pessoa brava é lutador.
- D) Pelo menos uma pessoa brava não é lutador.
- E) Todos os não bravos são não lutadores.

Informática

Nas questões a seguir, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como *clicar*, *clique simples* e *clique duplo* referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

36. “Os pendrives atuais se conectam ao computador por meio de portas ___ e possuem capacidade aproximada de até ___.”
Completa-se os espaços em branco da proposição anterior, respectivamente, com os textos contidos na opção

- A) paralelas / 500GB.
- B) firewire / 8GB.
- C) USB / 8GB.
- D) PS2 / 100KB.
- E) USB / 800GB.

37. São exemplos de extensões de arquivos disponíveis para salvamento no BrOffice Writer, exceto:

- A) .TXT
- B) .ODT
- C) .DOC
- D) .RTF
- E) .PPS

38. Na barra de *Ferramentas Padrão* do Writer, encontramos os botões com recursos/ferramentas abaixo, exceto:

- A) Salvar.
- B) Cortar.
- C) Negrito.
- D) Pincel de estilo.
- E) Visualizar página.

39. Dadas as proposições sobre o recurso de *Recuar Parágrafos* do Writer,

- I. Para alterar as unidades de medida, podemos escolher **Ferramentas – Opções – BrOffice.org Writer – Geral**, depois, seleciona uma nova unidade de medida na área Configurações.
- II. É possível alterar os recuos do parágrafo atual, de todos os parágrafos selecionados ou de um estilo de parágrafo.
- III. É possível definir recuos utilizando a régua.
- IV. Os recuos são calculados em relação às margens esquerda e direita.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas I e II.
- D) apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

40. Analisando os menus do BrOffice.org Impress, associe a segunda coluna de acordo com a primeira.

1ª coluna	2ª coluna
1. Arquivo	() Esse menu contém comandos para editar o conteúdo do documento atual.
2. Editar	() Esse menu contém o comando <i>Página...</i> , que define a orientação da página, as margens da página, o plano de fundo e outras opções de layout.
3. Formatar	() Esse menu contém a ferramenta <i>Galeria</i> , onde é possível selecionar figuras e sons para inserir em um documento.
4. Exibir	() Contém os comandos que se aplicam ao documento atual, abrir um novo documento ou fechar o aplicativo.
5. Ferramentas	() Nesse menu contém o comando <i>Estrutura de Tópicos</i> .

A sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 2 – 5 – 3 – 4 – 1
- B) 2 – 3 – 5 – 1 – 4
- C) 1 – 3 – 5 – 4 – 2
- D) 3 – 2 – 5 – 1 – 4
- E) 4 – 5 – 2 – 1 – 3

Fundamentos da Administração Pública Aplicada ao MPE-AL

41. Assinale a opção que é incorreta no que concerne às atribuições dos órgãos que integram o Ministério Público de Alagoas, na forma da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996.

- A) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público, como órgão de Execução, rever o arquivamento de Inquérito Civil, na forma da lei.
- B) A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.
- C) As Procuradorias de Justiça compreendem, como órgãos de Administração, uma Procuradoria de Justiça Civil e uma Procuradoria de Justiça Criminal, com os respectivos cargos de Procuradores de Justiça, ordinalmente numerados a partir do primeiro, e os serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções.
- D) O Procurador-Geral de Justiça, como órgão da administração superior, é competente, dentre outras atribuições, para expedir recomendações, com caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções.
- E) As Promotorias de Justiça são órgãos de Administração do Ministério Público com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por Lei.

42. Assinale a opção incorreta quanto às licenças concedidas ao Servidor Público Estadual, na forma da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas.

- A) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.
- B) Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença na forma e condições previstas na legislação específica. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- C) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.
- D) É assegurada ao servidor a licença para o exercício de mandato eletivo.
- E) A licença para o desempenho de mandato classista é assegurada ao servidor para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão a que pertença em função do cargo ocupado, sem prejuízo de sua remuneração. Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 3 (três), por entidade. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.

43. Assinale o princípio norteador do serviço público que corresponde ao dever de boa administração.

- A) Princípio da motivação.
- B) Princípio da finalidade.
- C) Princípio da moralidade.
- D) Princípio da legalidade.
- E) Princípio da eficiência.

44. Segundo a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a

- A) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- B) R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- C) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
- D) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- E) R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

45. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, a álea que dá lugar à aplicação da teoria da imprevisão e que é representada por todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível, inevitável, que causa um desequilíbrio muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa para o contratado (*In Direito Administrativo*. 24 ed., São Paulo: Atlas, 2011, p. 286) é nominada de

- A) álea administrativa: fato do príncipe.
- B) álea ordinária.
- C) álea administrativa: fato da administração.
- D) álea econômica.
- E) álea administrativa: alteração unilateral do contrato.

46. As práticas de controles internos no sistema brasileiro têm focado predominantemente

- A) em ações de controle a posteriore.
- B) nos aspectos de controle de eficiência.
- C) nos aspectos de controle de eficácia.
- D) em ações de controle a priori.
- E) em ações de controle concomitante.

47. Dados os itens que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos de administração,

- I. As Procuradorias de Justiça.
- II. O Procurador Geral de Justiça.
- III. As Promotorias de Justiça.
- IV. Os Centros de Apoio Operacional.
- V. Os órgãos de Apoio Técnico e Administrativo.

verifica-se que estão corretos

- A) I, III, IV e V.
- B) I, II e V, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

48. Dadas características abaixo, relativas às precondições operativas da Administração Pública Gerencial,

- I. A competição entre organizações públicas e entre organizações públicas e privadas.
- II. O uso de práticas de gestão provenientes da administração privada.
- III. Atenção à disciplina e parcimônia.
- IV. Administradores empreendedores sem autonomia para decidir.

verifica-se que está(ao) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

49. A Lei de improbidade administrativa prevê ressarcimento, perda dos bens ilicitamente acrescidos ao patrimônio, indisponibilidade de bens, perda de função pública, suspensão de direitos políticos de 5 a 8 anos, multa e proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais por

- A) 10 anos.
- B) 5 anos.
- C) 4 anos.
- D) 8 anos.
- E) 6 anos.

50. A modalidade de licitação concorrência é caracterizada por qual das opções abaixo?

- A) É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- B) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- C) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- D) É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- E) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

51. Considerando as características abaixo sobre a Gestão Social no Brasil, Segundo Alves (2004),

- I. Despolitização, pois é convertida em objeto de solidariedade.
- II. Sua consonância com a racionalidade do mercado.
- III. Ser espaço contraditório de mediação das relações sociais, lócus de luta social, expressão de interesses em confronto.
- IV. Estratégia para a legitimação e sustentação do processo de acumulação e concentração de riqueza.
- V. Despolitização expressa na polissêmica noção de terceiro setor.

verifica-se que estão corretas

- A) I e IV, apenas.
- B) II e V, apenas.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) II, IV e V, apenas.
- E) I, IV e V, apenas.

52. Para Yazbek (2001), a questão social “[...] se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente”. Dados os itens abaixo sobre a questão social,

- I. Privilegia a análise da pobreza e da exclusão social.
- II. Assenta que a questão social na atualidade sustenta-se nas mesmas configurações e expressões de sua gênese.
- III. Relaciona a questão social com a pobreza, a exclusão e a subalternidade, as quais são expressões das relações sociais vigentes na sociedade capitalista.
- IV. Assevera que a reprodução ampliada da questão social e a reprodução ampliada das contradições sociais são antônimas.
- V. Despolitiza o reconhecimento da questão social brasileira como expressão de relações de classe, desqualificando-a como questão pública, questão política e questão nacional.

quais não caracterizam a análise da autora?

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e V, apenas.
- E) I, II e V, apenas.

53. De acordo com Faleiros (2006), o significado da profissão depende da inserção do seu objeto de trabalho no contexto e momentos históricos e também da relação institucional econômica e política do Serviço Social, assim como da perspectiva teórica de referência. Nesse sentido, a partir das mudanças da profissão, o autor aponta os diferentes significados do Serviço Social no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro. Relacione as colunas conforme o pensamento de Faleiros (2006) sobre o significado social da profissão.

1ª coluna	2ª coluna
1. Período pós-Constituição de 1988	() Predominância do processo de integração/internamento face à questão da chamada marginalização autocrática.
2. Período Vargas	() Orientado para o desenvolvimento.
3. Anos 1970	() Visão moral e de disciplinamento da força de trabalho.
4. Anos 1960	() Trabalhando a questão social e suas refrações.
5. Anos 1980	() Voltado para a integração Estado/Sociedade com ação na família.
6. Período pós-guerra	() Centralidade nas políticas e movimentos sociais

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 3 – 6 – 4 – 1 – 2 – 5
- B) 4 – 2 – 3 – 5 – 6 – 1
- C) 4 – 6 – 2 – 5 – 3 – 1
- D) 5 – 4 – 2 – 1 – 6 – 3
- E) 3 – 4 – 2 – 1 – 6 – 5

54. Iamamoto (1992) trata sobre a prática profissional, apontando ‘dilemas e falsos dilemas no Serviço Social’. Para a autora a compreensão da prática profissional perpassa duas interpretações, aparentemente opostas e excludentes, mas que se encontram profundamente articuladas. Dadas as assertivas abaixo, conforme o pensamento da autora,

- I. A prática profissional reduzida a qualquer atividade e a concepção utilitária desta prática são reconhecidas pela autora como falsos dilemas, ou como componentes da mitologia presente na compreensão do exercício profissional.
- II. Numa das interpretações, as relações sociais e de poder são naturalizadas e, junto com elas, a prática profissional, nada restando para o profissional fazer a não ser reiterar a vida social.
- III. As duas formas de compreender a profissão — mencionadas no enunciado inicial — são consideradas pela autora como verdadeiros dilemas.
- IV. Numa das visões, a prática profissional é plenamente revolucionária.
- V. As duas interpretações referem-se ao conservadorismo e ao marxismo.

pode-se afirmar que estão corretas

- A) I, II e IV, apenas.
- B) III e V, apenas.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) I, III e V, apenas.
- E) I, II e V, apenas.

55. Para Yazbek, Martinelli e Raichelis (2008), a apreensão do significado social da profissão pode revelar as possibilidades do exercício profissional contidas na realidade, mas para isto, é necessária a apreensão crítica do processo histórico como totalidade. As autoras ainda afirmam que inúmeros desafios interpelam o Assistente Social na atualidade, os quais, ao serem apreendidos e enfrentados, interferem na construção do significado social da profissão. Dados os desafios seguintes,

- I. A busca de novas práticas que se esboçam como alternativa ao neoliberalismo é um caminho a ser percorrido coletivamente, considerando as lutas e propostas de resistência na perspectiva da globalização preponderante.
- II. A formação profissional e o processo permanente de qualificação dos Assistentes Sociais, assumindo como pontos de discussão na agenda profissional a mercantilização e precarização do ensino; o ensino a distância; e o exame de proficiência.
- III. A luta pela ampliação dos postos de trabalho no âmbito do judiciário, da educação e, especialmente, das empresas privadas.
- IV. O trabalho com famílias, que vem adquirindo centralidade nas políticas sociais, a exemplo da Política de Assistência Social que aponta a matricialidade sócio-familiar para os atendimentos.
- V. A inserção do Assistente Social nos processos de construção de uma sociedade democrática e participativa, ampliando sua participação nos movimentos sociais, nos conselhos de políticas públicas, nos partidos políticos e em outros fóruns de deliberação representados na esfera pública.

qual opção que aponta corretamente tais desafios?

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II e V, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e V, apenas.

56. Para Silvia Helena Chuairi (2001, p. 125), “a assistência jurídica – garantida através de preceito constitucional – exerce papel preponderante como mecanismo de proteção e efetivação dos direitos humanos e do exercício de cidadania dos sujeitos das classes subalternas da população, sendo necessário e importante o trabalho do Serviço Social como prática profissional nessa área”. Sobre a atuação interdisciplinar do Serviço Social no campo jurídico, é incorreto afirmar:

- A) embora tenha um campo legítimo de trabalho no âmbito jurídico, a atuação dos assistentes sociais nos serviços de prestação de assistência jurídica não vem se constituindo em uma área de trabalho expressiva, sendo sua participação ainda incipiente.
- B) os assistentes sociais que trabalham nos serviços de assistência judiciária tem sua intervenção necessariamente vinculada ao atendimento de processos.
- C) entre as várias atribuições e requisições que demandam atualmente o trabalho do assistente social nas equipes interdisciplinares do mundo jurídico estão o planejamento e a execução de programas destinados à prevenção e à integração social de pessoas e/ou grupos envolvidos em questões judiciais.
- D) o Serviço Social vem legitimando-se como uma prática fundamental no campo jurídico e a importância de seu trabalho vem ampliando-se com a política de universalização e a crescente discussão dos direitos humanos e sociais da população, bem como com a necessidade de maior compreensão dos processos em que se expressam as práticas e as relações sociais.
- E) há um desconhecimento, por parte dos operadores do Direito e da Justiça, das possibilidades do trabalho do assistente social nessa área.

57. Márcia Nogueira da Silva (2010), no artigo “Assessoria em Serviço Social: breves notas sobre o trabalho profissional na área da infância e juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro”, trata sobre a atuação do Assistente Social em equipe interdisciplinar junto ao Ministério Público Federal (MPF). A autora ressalta que “no I Encontro Nacional do Ministério Público, realizado em setembro de 2006, a então presidente do Conselho Federal de Serviço Social, assistente social Elizabete Borgianni, frisou que existe uma convergência clara da função do Ministério Público e do projeto ético-político e profissional do Serviço Social, à medida que ambos têm como principal objetivo a defesa e a garantia de direitos”. Tomando como foco a atuação interdisciplinar do assistente social junto ao Ministério público, analise as assertivas abaixo descritas.

- I. A atuação do assistente social é direcionada a instrumentalizar e subsidiar decisões no que tange a procedimentos voltados para a garantia de direitos dos cidadãos, prestando assessoria técnica aos membros do Ministério Público.
- II. A assessoria técnica a órgãos da administração pública direta e indireta – enquanto atribuição profissional privativa expressa na Lei N.8662/93, é entendida como o processo de disponibilizar a outrem um olhar atento às múltiplas determinações das demandas trazidas pelo público para o Ministério Público.
- III. Sua atuação deve estar de acordo apenas com o disposto na legislação civil brasileira, em especial com os dispositivos referentes à ordem social, econômica e cultural.
- IV. São atribuições profissionais privativas do assistente social dentro da equipe interdisciplinar: visitas técnicas em entidades de atendimento ao público que procura pelo MPF; articulação da política de atendimento a este mesmo público; produção de materiais técnicos.
- V. Um desafio importante do assistente social na equipe interdisciplinar do MPF é, num contexto de criminalização, judicialização e assistencialização das refrações da questão social, efetivar o projeto ético-político e profissional no sentido da consolidação de uma visão dialética do direito, confirmando a lógica jusnaturalista que norteia as práticas profissionais inseridas neste espaço sócio-ocupacional.

Qual(is) dela(s) está(ão) correta(s)?

- A) I e II, apenas.
- B) I, apenas.
- C) I e V, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) II, apenas.

58. Severino (1989) discute os subsídios para a reflexão sobre os caminhos da interdisciplinaridade. Segundo o autor, “a interdisciplinaridade diz respeito, fundamentalmente, a uma tentativa de unidade do saber, esteja ele posto em ação no ensino, na pesquisa, na prática social ou no agir com intuito de conservar sua existência material”. Fundamentado nesta concepção, relacione as colunas abaixo.

1. Interdisciplinaridade entre as disciplinas	() Exige a superação preconceituosa e hierárquica entre as áreas de conhecimento teórico-técnico, no que tange ao processo de atendimento profissional.
2. Interdisciplinaridade nas práticas de intervenção social	() Neste âmbito há necessidade de uma postura interdisciplinar para uma convergente colaboração dos especialistas de várias áreas, evitando uma intervenção puramente técnico-profissional.
3. Interdisciplinaridade na pesquisa	() Toda conclusão obtida neste âmbito fica como que incompleta, aberta, com ‘encaixes’ para receber complementação de outra área.
4. Interdisciplinaridade na ação pedagógica	() Neste âmbito as fronteiras entre as várias áreas e ciências ficam radicalmente diluídas.
5. Interdisciplinaridade na prestação de serviços	() A abordagem interdisciplinar neste âmbito é crucial, pois através dele desencadeia-se um efeito multiplicador da ação, visto que se trabalha com objetos de conhecimento e de pesquisa, mas também com a intervenção sociocultural.

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 5 – 3 – 4 – 1 – 2
- B) 5 – 4 – 3 – 1 – 2
- C) 4 – 5 – 1 – 2 – 3
- D) 4 – 5 – 2 – 1 – 3
- E) 5 – 2 – 3 – 1 – 4

59. Dal Pizzol (2005), no livro *Estudo social ou perícia social? Um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense*, discute sobre o trabalho do perito social e a interdisciplinaridade. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Cada profissional pode e deve atuar conforme a técnica e a ética próprias de sua profissão, apenas tendo em comum a eficiência profissional, o atendimento direto das partes e o compromisso em contribuir com a Justiça.
- II. Conforme se verifica no artigo 422 do Código Civil, a nomeação do perito judiciário é personalíssima e deve ser feita pela equipe interprofissional judiciária, por ser este um profissional de confiança da equipe nomeante.
- III. O limite técnico e ético deve constituir um compromisso permanente dos integrantes da equipe, os quais devem levar em conta os conhecimentos profissionais e o bom senso técnico, sem deixar de atribuir importância aos preceitos

legais do Código de Processo Civil pertinentes à perícia judicial.

IV. Nos processos de jurisdição voluntária, a diferença entre perito, conciliador ou mediador não faz muito sentido, afinal, não há partes conflitantes. Em se tratando de processos de jurisdição contenciosa, os serviços de perícia, conciliação ou mediação devem ser feitos com a devida clareza, a fim de que a atuação profissional não venha prejudicar qualquer das partes.

V. Na perspectiva interdisciplinar no campo sócio jurídico, o estudo social, o parecer social, a perícia social e as visitas domiciliares e institucionais são atribuições do Serviço Social, enquanto que a conciliação ou mediação lhe são competências profissionais.

verifica-se que estão corretas

- A) III e IV, apenas.
- B) I, III e V, apenas.
- C) III e V, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

60. Fávero, Melão e Jorge (2005) analisam o Serviço Social e a Psicologia no judiciário. Dadas as assertivas abaixo, conforme os autores,

- I. O estudo social é um processo metodológico não específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social – especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos.
- II. O relatório social se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção do assistente social no seu cotidiano laborativo.
- III. O laudo social é utilizado no meio judiciário como mais um elemento de ‘prova’, com a finalidade de dar suporte à decisão judicial. Numa equipe interdisciplinar ele pode ser utilizado enquanto instrumento pelo assistente social e pelo psicólogo.
- IV. O parecer social é apontado como sendo ‘esclarecimentos e análises, com base em conhecimento interdisciplinar, referente a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas juridicamente.
- V. O atendimento ao público em geral para triagem, informações, orientações, agendamento de entrevistas, encaminhamentos (plantão social) são competências que podem ser assumidas pelo Serviço Social e pela Psicologia dentro da equipe interdisciplinar do judiciário.

pode-se afirmar que está(ão) correta(s)

- A) II e V, apenas.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) I, IV e V, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II, IV e V, apenas.

61. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre a organização da política social que assegura o atendimento do direito à Assistência Social. Este, por sua vez, foi previsto na Constituição Federal de 1988, nos arts. 203 e 204, e integra o tripé da Seguridade Social, conforme preconiza o art. 194. Isto posto, considera-se que os princípios da seguridade social balizam a efetivação da assistência social, devendo perpassar pelo texto legal da LOAS. Dadas as assertivas abaixo descritas, que tratam sobre tais princípios,

- I. A universalidade e a igualdade são considerados como princípios constitucionais fundamentais, preconizados no parágrafo único do art. 194.
- II. Segundo a disposição constitucional, a universalidade significa que todos os residentes no país farão jus a seus benefícios, não devendo existir distinções, principalmente entre segurados urbanos e rurais. Na prática, contudo, o direito universal aos benefícios e às prestações será regulamentado pelas leis específicas de cada área que compõe o tripé da seguridade social.
- III. A preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço não pode ser identificado como princípio constitucional da seguridade social.
- IV. A irredutibilidade do valor dos benefícios, a equidade na forma de participação no custeio, a diversidade da base de financiamento e o caráter democrático e descentralizado da administração, caracterizam-se como objetivos constitucionais da seguridade social.
- V. Os princípios da igualdade, da legalidade e do direito adquirido, caracterizam-se como princípios gerais, pois apesar de não serem especificamente do direito da seguridade social, ainda assim são aplicáveis a ela.
- VI. A universalidade da cobertura e do atendimento e a seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços configuram-se como objetivos constitucionais previstos nas alíneas do parágrafo único do art. 194.

verifica-se que estão corretas

- A) I e III, apenas.
- B) II, IV e VI, apenas.
- C) I, II, III, IV, V e VI.
- D) II, IV, V e VI, apenas.
- E) I, II, III, IV e VI, apenas.

62. Analise as assertivas abaixo relacionadas, tendo como referência a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

- I. Foi tratada na Lei N. 8662/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- II. Seu art. 5º preconiza que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades mínimas.
- III. A materialidade da LOAS foi expressa quase onze anos após sua sanção pelo Presidente da República Itamar Franco, através da Resolução N. 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 15 de outubro de 2004, que organiza e normatiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

IV. A estruturação e organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi previsto na Resolução N.89 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ainda em 2004.

V. A Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS foi aprovada pela Resolução N.130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), já em 2005, e visa a implementação e consolidação do SUAS.

Verifica-se que estão incorretas

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II, IV e V, apenas.
- E) I, II e V, apenas.

63. Considerando que para uma análise apurada sobre a violação dos direitos das mulheres é imprescindível considerar o âmbito dos direitos assegurados constitucionalmente a elas, assinale, dentre as opções abaixo elencadas, aquela que não faz referência específica aos direitos das mulheres estabelecidos segundo a Constituição Federal de 1988.

- A) No Capítulo que trata 'Dos Direitos Sociais', o art. 6º preconiza serem "direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados".
- B) No Título que trata 'Dos Direitos e Garantias Fundamentais', o art. 5º determina que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", o que é complementado no Parágrafo I que assevera que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".
- C) No Capítulo que trata 'Dos Direitos Sociais', o art. 7º define que "são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social [...], a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei" (§ XX do art.7º).
- D) No Capítulo 'Das Forças Armadas', o art. 143, § 2º, que trata sobre o serviço militar obrigatório, diz que "o serviço militar é obrigatório nos termos da lei" e no § 2º garante que "as mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir".
- E) No Capítulo que trata 'Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso', o art. 226, § 5º, preconiza que "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher".

64. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), relacione as colunas abaixo descritas.

1ª coluna: nível de proteção	2ª coluna: programas, projetos e serviços
1. Básica	() Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liverdade Assistida – LA)
2. Especial de média complexidade	() Projetos de enfrentamento da pobreza
3. Especial de alta complexidade	() Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem
	() Serviço de Acolhimento Institucional: casa-lar para crianças e adolescentes
	() Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
	() Benefício de Prestação Continuada (BPC)
	() Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
	() Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 3 – 2 – 1 – 2 – 2 – 2 – 1 – 1
B) 2 – 1 – 1 – 3 – 2 – 1 – 2 – 3
C) 3 – 2 – 2 – 2 – 3 – 1 – 2 – 2
D) 2 – 2 – 3 – 3 – 3 – 1 – 2 – 1
E) 2 – 1 – 2 – 3 – 2 – 2 – 1 – 2

65. Segundo a Lei 11.340/2006, no art. 2º, “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”. Analise as assertivas abaixo elencadas, conforme o que preconiza a Lei em pauta.

- I. Entende-se que a violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.
- II. A integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança

pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, bem como a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, configuram-se como diretrizes pertinentes às medidas integradas de prevenção, a serem efetivadas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de ações não governamentais.

III. Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher identifica-se a violência moral, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano moral, emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à autodeterminação.

IV. A violência contra a mulher torna-se objeto de notificação compulsória quando ela for atendida em serviços de saúde públicos e privados, em todo o território nacional.

V. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

VI. Sobre as medidas protetivas de urgência, determina-se que tendo recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de vinte e quatro horas: I – conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; II – determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso; III – comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis. Além disto, poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Em relação ao que preconiza a Lei 11340/2006, verifica-se que estão corretas

- A) I, II, V e VI, apenas.
B) I, II, III, IV, V e VI.
C) I e II, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) II e V, apenas.

66. No livro *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos – contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social* publicado pelo CFESS (2003) é evidenciado que para atuação no campo Sócio Jurídico, o Assistente Social necessita ter um tipo de conhecimento específico, qual seja de sua área profissional – o Serviço Social, de forma que sua apresentação, por meio do estudo social e de outros instrumentais, contribua para a justa aplicação da lei. Com base nas reflexões apresentadas pelo CFESS (2003), relacione as colunas a seguir.

1ª coluna	2ª coluna
1. Estudo Social	() Avaliação, exame ou vistoria, solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico que contribua para a personalidade judiciária envolvida formar a sua convicção para a tomada de decisão. Implica na elaboração de um laudo e emissão de um parecer.
2. Laudo Social	() Processo metodológico específico do Serviço Social, tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional.
3. Parecer Social	() Documento específico elaborado por assistente social, traduz-se na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional. Sua apresentação se dá com maior ou menor nível de detalhamento, a depender de sua finalidade.
4. Relatório Social	() Diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucintas, enfocando a questão ou situação analisada pelo profissional.
5. Perícia Social	() Contribui para a formação de um juízo por parte de seu requisitante ao expressar o posicionamento profissional frente à questão em estudo, sendo utilizado no campo Sócio Judiciário como mais um elemento de prova.

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 5 – 1 – 4 – 3 – 2
- B) 4 – 3 – 2 – 1 – 5
- C) 2 – 4 – 5 – 3 – 1
- D) 3 – 1 – 5 – 2 – 4
- E) 2 – 1 – 4 – 3 – 5

67. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Analisando as assertivas abaixo elencadas, tendo como foco a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

- I. Encontra-se em consonância com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e reafirmada na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2007), com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981), Convenção sobre a Biodiversidade (Rio de Janeiro, 5/6/92), e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).
- II. Com a construção coletiva do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2004-2007), consolida-se o eixo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, assim, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas passam a envolver diferentes setores do Estado voltados para garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência.
- III. São consideradas tipos de Violência contra a Mulher: a violência doméstica (ocorrida no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto e expressa através da violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral); o tráfico de mulheres; a violência sexual; a exploração sexual comercial de mulheres adolescentes/jovens; e a violência institucional.
- IV. A noção de enfrentamento abrange as dimensões do combate, da prevenção, da assistência, da promoção, da educação, da segurança pública, da cultura e do acesso à justiça.
- V. Dentre as diretrizes desta Política, pode-se considerar: estruturar a Redes de Atendimento à mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal; e reduzir os índices de violência contra as mulheres.

verifica-se que estão incorretas

- A) III e IV, apenas.
- B) II, III e V, apenas.
- C) I e V, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, IV e V, apenas.

68. Segundo Simionatto (2009), as transformações societárias desencadeadas nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos no início do século XXI, sob o domínio do capitalismo financeiro e de sua afirmação enquanto sistema hegemônico, exacerbaram os problemas e as contradições em todas as esferas da vida social. Analisando esse contexto, é verdadeiro afirmar que

- A) a razão dialética é qualificada em favor das tendências fragmentárias em detrimento dos sistemas globalizantes de explicação do mundo.
- B) a produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados nas ideias de um novo paradigma que toma a realidade como um “caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes.
- C) as ciências sociais, através das abordagens culturalistas e individualistas, permitem uma aproximação maior com o mundo vivido pelos sujeitos sociais, necessária à renovação do Serviço Social na contemporaneidade.
- D) se prioriza a esfera da cultura como chave das análises dos fenômenos contemporâneos, afinada com a totalidade social marxista.
- E) os denominados “novos paradigmas” (pós-modernos) assumem como bandeira epistemológica, trabalhar a realidade de forma contraditória: o universal, o macro, o concreto.

69. Iamamoto (2007), ao se referir à pós-graduação e aos rumos da pesquisa na obra *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, aponta para a incorporação da atitude investigativa e da pesquisa como

- A) dimensões complementares, tanto da formação quanto do exercício profissional.
- B) dimensões constitutivas, tanto da formação quanto do exercício profissional.
- C) dimensões particulares, tanto da formação quanto do exercício profissional.
- D) dimensões determinantes, tanto da formação quanto do exercício profissional.
- E) dimensões mediadoras, tanto da formação quanto do exercício profissional.

70. Para Simões (2009), “a curatela é um encargo atribuído legalmente a uma pessoa capaz para cuidar de outra, geralmente maior de idade, porém considerada incapaz de administrar seus bens, inclusive uma criança ou adolescente, até mesmo um nascituro”. Nesse sentido, é verdadeiro afirmar que

- I. O curador, ao contrário do tutor, não tem encargos educacionais e morais com o tutelado.
- II. É destinada a menores de 18 anos de idade.
- III. É condicionada, enquanto a incapacidade se mantiver.
- IV. Abrange a pessoa e seus bens.
- V. É testamentária, com nomeação do curador pelo juiz.

Estão corretos os itens

- A) I e III, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) I, II e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

71. Segundo Guerra (2009), a natureza investigativa das competências profissionais do assistente social se realiza mediante:

- I. A pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços.
- II. A construção de modelos explicativos pelos assistentes sociais para dar conta do movimento visível da sociedade de classes.
- III. O conhecimento de um conjunto de regras formais, elaboradas pelos assistentes sociais, que se aplicam ao conhecimento da realidade social em suas múltiplas formas.
- IV. A análise da sociedade de classes, de seus antagonismos e ideologias, através das regras e definições de Marx.

Verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV, apenas.
- B) I, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

72. A matricialidade sócio familiar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Esta ênfase está ancorada na premissa de que

- A) somente as famílias monoparentais têm direitos à assistência social, como espaço de proteção social.
- B) a centralidade da família é garantida à medida que a Assistência Social se desenvolva como política de cunho focalista.
- C) a Política de Assistência Social não deve inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais (Educação, Saúde, Emprego, Habitação, entre outras), uma vez que deve manter a centralidade na família.
- D) a perspectiva de matricialidade sócio-familiar repousa na criação de modelos e formatos de família, negando as contradições inerentes ao sistema capitalista.
- E) a centralidade da família e a superação da focalização, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário garantir condições de sustentabilidade para tal.

73. Quais os diferentes subsistemas que fazem parte do Sistema de garantia de Direitos e estão relacionados ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)?

- A) Sistema Escolar, Sistema de Justiça, Sistema de Segurança Pública, Sistema Socioeducativo.
- B) Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Socioeducativo, Sistema Educacional, Sistema Penal.
- C) Sistema Municipal de Defesa de Crianças e Adolescentes, Sistema de Justiça, Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Educacional.
- D) Sistema Educacional, Sistema de Justiça e Segurança Pública, Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS).
- E) Sistema Político, Sistema Social, Sistema Educacional, Sistema de Segurança Pública.



74. No Art. 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao verificar “a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar

- A) o afastamento da criança ou adolescente da moradia comum”.
- B) o afastamento do agressor da moradia comum”.
- C) a obrigação dos pais de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado”.
- D) a perda da guarda da criança ou adolescente”.
- E) a suspensão ou destituição do pátrio poder”.

75. Os Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo do SINASE estão organizados em alguns eixos estratégicos comuns ou específicos às entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas; um deles trata da Abordagem Familiar e Comunitária. Nesse eixo, é verdadeiro afirmar que ele é

- A) comum a todas as entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas.
- B) específico às entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação.
- C) específico às entidades e/ou programas que executam a internação provisória.
- D) específico às entidades e/ou programas que executam a medida socioeducativa de liberdade assistida.
- E) comum às unidades de atendimento socioeducativo de internação provisória e semiliberdade.

76. De acordo com o SINASE, o Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, em quais áreas?

- A) Econômica, Jurídica, Social, Legislativa, Psicológica.
- B) Jurídica, Saúde, Psicológica, Social, Pedagógica.
- C) Social, Judiciária, Psicológica, Econômica, Saúde.
- D) Pedagógica, Jurídica, Política, Econômica.
- E) Socioeducativa, Jurídica, Legislativa, Psicológica.

77. Quanto aos modelos de atenção aos usuários de álcool e outras drogas, a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a esses segmentos, de 2004, aponta para a implantação dos serviços de atenção diária, como instrumento de mudança do quadro de desassistência que caracterizava a saúde pública no Brasil. Isso se deve

- A) à expansão de uma rede de atenção em Saúde Mental que fomenta a criação de hospitais psiquiátricos.
- B) à expansão de uma rede predominantemente terapêutica e curativa.
- C) às redes de atenção especializadas e compostas por dispositivos extra-hospitalares.
- D) à ampliação dos leitos psiquiátricos.
- E) à atuação dos CAPS ad através do atendimento hospitalocêntrico.

78. Com base em Simões (2009), a atividade do assistente social está regida, basicamente por duas normas: a lei profissional (nº. 8.662/93) e o Código de Ética Profissional de 1993. Nesse sentido, é correto afirmar:

- A) a lei profissional dispensa o uso do Código de Ética de 1993, por ser promulgada posteriormente.
- B) embora as duas normas (a lei profissional e o Código de Ética) sejam complementares, sua interpretação, no entanto, exige a conexidade de suas semelhantes naturezas, visto corresponderem à mesma concepção de exercício profissional, instituída pela lei profissional e a codificação ética.
- C) a lei profissional, resulta do Congresso Nacional assim também como o Código de Ética.
- D) o assistente social, em primeiro lugar, está comprometido com os deveres instituídos pelos distintos regimens de trabalho (estatutário, CLT, prestação de serviço) e, em segundo lugar, com a sua legislação profissional.
- E) independentemente do comprometimento com o regime de trabalho que assuma, o assistente social, em sua vida profissional, está sempre comprometido, a *priori*, com os desígnios de sua lei profissional e do Código de Ética.

79. De acordo com Simões (2009), a estrutura geral do Código de Ética de 1993, constitui-se por meio de três tipos de normas que podem ser classificadas da seguinte forma:

- I. *Procedimentais*, as que instituem os procedimentos sobre o enquadramento, a punição e a penalização da conduta infracional.
- II. *Processuais*, as que se referem a punição.
- III. *Orgânicas*, as que se referem às competências e poderes das comissões de ética e dos tribunais de ética.
- IV. *Éticas*, as que instituem os direitos, deveres e proibições.
- V. *Morais*, as que se assentam em princípios humanísticos.

Verifica-se que

- A) somente I, II e V são verdadeiras.
- B) somente I, II e IV são verdadeiras.
- C) somente I e III são verdadeiras.
- D) somente I e IV são verdadeiras.
- E) somente I, III e IV são verdadeiras.

80. Segundo Simões (2009), o Código de Ética de 1993 apresenta algumas características da conjuntura que o originou:

- A) decorre das conquistas democráticas, inscritas na Constituição de 1988, relativas à participação popular nos organismos estatais de interesse da profissão e da concepção de assistência social como direito subjetivo público e instituição político constitucional.
- B) fundamenta-se no princípio de que os valores são determinados pela moral, tipificada na conduta humana.
- C) trata-se de um código de conteúdo corporativo.
- D) é uma norma técnica, de caráter puramente instrumental.
- E) são mandamentos constitucionais, próprios da natureza de qualquer profissão.

81. Para Barroco (2009), o Código de Ética de 1993 foi elaborado em um contexto muito diverso daquele que em 1980 favoreceu a construção do projeto de ruptura profissional. Assim, analisando as afirmativas sobre o Código de 1993,

- I. Afirmar a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação de valores.
- II. Revela a sua concepção ética vinculada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia.
- III. Defende o conjunto de direitos humanos (civis, políticos sociais, culturais e econômicos) da classe trabalhadora.
- IV. Não foi suficientemente desenvolvido em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos, orientados pelo marxismo.
- V. Foi o primeiro a romper com o histórico conservadorismo dos códigos de ética brasileiros de Serviço Social.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II e V, apenas.
- E) III, IV e V, apenas.

82. Segundo o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, Título II – Dos Direitos e das Responsabilidades Gerais do Assistente Social, Art. 2º, constituem direitos do assistente social:

- A) livre exercício das atividades inerentes à profissão e, também, desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- B) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor e, também, utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.
- C) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes e, também, participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
- D) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais e, também, garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios desde Código.
- E) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários e, também, devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento dos seus interesses.

83. A Resolução do CFESS nº 493/2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Nos termos do Art. 7º, “O assistente deve informar por escrito à entidade, instituição, ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições

- A) éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados”.
- B) legais, morais e operacionais do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados”.
- C) fiscais, éticas e comportamentais do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados”.
- D) técnicas, morais e políticas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados”.
- E) sociais, fiscais e éticas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados”.

84. A Resolução do CFESS nº 493/2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. O Art. 2º declara “Que o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- I. Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional”.
- II. Recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional”.
- III. O atendimento efetuado pelo assistente social pode ser feito com portas abertas”.
- IV. Espaço adequado para colocação de artigos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado”.
- V. Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas”.

Verifica-se que estão corretas as proposições

- A) I e III, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) I, II e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I, II, IV e V, apenas.

85. “Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas para prover o seu sustento, impõe-se ao(à) _____ esse provimento, no âmbito da(o) _____.” (Art. 14, Estatuto do Idoso)

Marque a única opção correta para completar as lacunas da assertiva acima exposta.

- A) Município – Política Nacional do Idoso.
- B) Estado – Política Nacional de Saúde.
- C) Poder público – Política Federal do Idoso.
- D) Poder público – Assistência Social.
- E) Política de Assistência Social - Ministério do Trabalho – Assistência Social.

86. No que se refere à habitação, seja nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos próprios, há a obrigação de prioridade ao idoso na aquisição de imóvel para moradia própria. Nesses casos, segundo o Estatuto do Idoso, devem ser observados alguns aspectos para garantia da habitação ao idoso, tais como:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia da acessibilidade ao idoso.
- II. Financiamento de acordo com o salário do idoso.
- III. Identificação externa dos equipamentos de segurança pública.
- IV. Reserva de 5% (cinco por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos.
- V. Reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.

Marque a opção que contém os itens corretos.

- A) I e III, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) I, II e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I e V, apenas.

87. Segundo a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) são consideradas entidades e organizações de assistência social aquelas que:

Marque a opção correta.

- A) Prestam assistência social e defendem os direitos econômicos e sociais dos sujeitos em situação de risco.
- B) Prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.
- C) Prestam assessoramento aos sujeitos de direitos e às entidades de assistência social.
- D) Atendem e monitoram os beneficiários dos direitos sociais e civis em situação de vulnerabilidade.
- E) Têm finalidades filantrópicas e atendem aos idosos, crianças, mulheres e outros sujeitos com dificuldades de inserção social.

88. Para a Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993, a concessão e o valor dos benefícios eventuais serão regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). No art. 22, tal lei define benefícios eventuais como:

- A) as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
- B) as provisões relativas a benefícios diretamente vinculados aos campos da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais.
- C) pagamentos de auxílios para sujeitos vítimas de calamidades públicas.
- D) concessão de valor até meio salário mínimo para gestantes, idosos e sujeitos que comprovem situação de vulnerabilidade social.
- E) benefícios que podem ser concedidos para crianças, de forma complementar e provisória.

89. Conforme o Art. 11, da LOAS, as ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Já o Art. 15 aponta que compete ao Município:

- I. Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.
- II. Efetuar o pagamento dos auxílios maternidade.
- III. Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações privadas da sociedade civil.
- IV. Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
- V. Prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.

Verifica-se que estão corretas

- A) I e III, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) I, II e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I e V, apenas.

90. Segundo Iamamoto (2009, p. 19), os assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas. A atuação dos assistentes sociais tem lugar em vários espaços ocupacionais. A autora mostra que os espaços ocupacionais encontram-se junto ao/a

- A) Estado, empresas privadas capitalistas, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, na assessoria a organizações e movimento sociais.
- B) empresas de comunicação, empresas de fundo social, movimentos sociais, fundos privados.
- C) espaço público-estatal, empresas sociais, organizações sociais, movimentos sociais, fundos públicos.
- D) poder público, empresas de fundo sociais e comunitário, movimentos sociais.
- E) empresas privadas, empresas públicas, movimentos sociais, organizações políticas.

91. Segundo o Art. 12, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os estabelecimentos de ensino, no que se refere à questão dos alunos que têm número de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei, deverão:

- A) articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de progressão de tais alunos.
- B) informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais para retirada do aluno da escola.
- C) notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público.
- D) apresentar a relação dos alunos ao Conselho da Escola para propor tratamento especial aos alunos faltosos.
- E) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos faltosos.

92. Nos espaços profissionais do assistente social sua atuação poderá se desenvolver na formulação, planejamento e execução de políticas públicas movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Já na esfera privada, atuam no repasse de serviços, benefícios e organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Segundo Iamamoto (2009) podem também atuar nos processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores. Nesses espaços ocupacionais os assistentes sociais realizam várias ações e atividades, tais como:

- I. Atuam em assessorias, consultorias e supervisão técnica.
- II. Contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.
- III. Atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sóciojurídico.
- IV. Elaboram decisões judiciais e implantam sistemas de informação.
- V. Realizam estudos socioeconômicos e orientação a indivíduos, grupos e famílias.

Estão corretos os itens

- A) I e III, apenas.
- B) I, II, III e V, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, IV e V, apenas.
- E) I e V, apenas.

93. Para Iamamoto (2004, p. 3), a atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado, e não à responsabilidade pública do Estado. Também para Yazbek (2001), o pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, já que não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em dever moral: opera, assim, uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como questão pública, questão política e questão nacional. Diante desse quadro, as consequências de transitar a atenção à pobreza da esfera pública dos direitos para a dimensão privada do dever moral são:

- I. O reforço de ações que assumem a cidadania como fonte principal de poder.
- II. A ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial.
- III. A continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão pública.
- IV. A tendência a aprofundar o traço histórico assistencialista e a regressão dos direitos sociais.
- V. O reforço de traços de improvisação e inoperância nas políticas sociais, como também seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização do acesso aos serviços dela derivados.

Estão corretos os itens

- A) II, III e V, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I e V, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II, IV e V, apenas.

94. Segundo Iamamoto (2008, p. 213), há ainda hoje presente “[...] um duplo dilema na prática profissional: o fatalismo e o messianismo, ambos cativos de uma análise da prática social esvaziada de historicidade”. Segundo a autora, o fatalismo se manifesta em:

- I. Interpretações que naturalizam a vida social, ou seja, que a realidade social já está dada e não pode ser mudada.
- II. Na visão perversa da profissão concebida como totalmente atrelada às malhas de um poder monolítico.
- III. Em posições de impotência, resignação e subjugação dos assistentes sociais frente ao instituído.
- IV. No posicionamento crítico, assentado na materialização das relações sociais.
- V. Na cristalização das condições sociais como mutáveis e na despolitização da ação profissional.

Marque a opção que contém os itens que caracterizam o fatalismo.

- A) I e III, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I e V, apenas.

95. O art. 4º da Lei n. 8.080, de 19/09/1990, institui o SUS – Sistema Único de Saúde. Segundo o artigo 5º desta Lei 8.080, são objetivos do SUS:

- I. A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- II. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- III. Executar o conjunto das ações e serviços, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada.
- IV. Administrar as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
- V. A formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º da Lei 8.080, qual seja, “O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade”.

Estão corretos os itens

- A) I e III, apenas.
- B) I, II e V, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) I e V, apenas.

96. O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada quando as suas possibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área. Identifique três diretrizes para a participação complementar da iniciativa privada no SUS.

- I. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.
- II. A iniciativa privada deverá adotar a Política Nacional de Promoção da Saúde e a Política Nacional de Humanização do SUS no planejamento e avaliação da qualidade da atenção à saúde do trabalhador do SUS.
- III. As instituições privadas, filantrópicas ou sem fins lucrativos deverão estabelecer ações que contemplem as perspectivas de gênero, etnia, necessidades especiais e envelhecimento humano na Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS
- IV. As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).
- V. Os serviços contratados serão submetidos às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

As diretrizes estão contidas nos itens

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) I, IV e V, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) III, IV e V, apenas.

97. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Segundo a LOAS, no Art. 2º, são objetivos da assistência social:

- I. A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente.
- II. Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
- III. Elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas da Seguridade Social.
- IV. A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.
- V. A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Estão corretos os itens

- A) I e II, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) I, II e V, apenas.
- D) I, IV e V, apenas.
- E) I e V, apenas.

98. O órgão superior de deliberação colegiada criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social é o CONADE.

Entre as opções abaixo identifique e marque a correta que contém o significado da sigla CONADE e de qual espaço público estatal ele faz parte.

- A) Coordenação Geral dos Direitos da Pessoa Deficiente; Secretaria Especial para Minorias da Presidência da República.
- B) Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Previdência Social.
- C) Coordenadoria Especial de Direitos do Portador de Deficiência; Secretaria Especial de Direitos Humanos e Minorias da Assistência Social.
- D) Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
- E) Coordenação Geral de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência; Coordenação Geral dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

99. As instituições de ensino dos diferentes níveis são classificadas em categorias administrativas (Lei n. 9394, de 20/12/1996, Art.19). Tais categorias são:

- I. Públicas, aquelas criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público.
- II. Filantrópicas, mantidas pelas organizações da sociedade civil e sem fins lucrativos.
- III. Privadas, aquelas que são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- IV. Privadas de caráter público, aquelas que prestam serviços educacionais em qualquer nível e recebem financiamento público estatal.
- V. Públicas mantidas pela iniciativa privada ou do terceiro setor, são sem fins lucrativos.

Marque a opção que contém os itens corretos.

- A) Apenas I, II e V.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas III, IV e V.
- E) Apenas I e II.

100. Segundo o Art. 5º, o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. No caso de comprovada negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de

- A) negligência e preconceito.
- B) responsabilidade.
- C) conduta indevida na administração pública.
- D) desobediência.
- E) conduta indevida.

ATENÇÃO!

O candidato está **proibido** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o **Fiscal de Sala** está autorizado a fazer isso no momento de sua saída em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do Candidato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

EDITAL Nº. 01, de 17 de outubro de 2011.

- 6.1 A FUNDEPES/COPEVE-UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as provas objetivas para os cargos de nível superior, no endereço eletrônico: www.copeve.ufal.br, a partir das 21 horas do dia **24/01/2012**.

GABARITO OFICIAL

www.fundepes.br
www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



www.fundepes.br



www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.mp.al.gov.br